



VIII REUNIÃO DOS MINISTROS DO TURISMO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Díli, 15 e 16 de julho de 2015

ATA DA REUNIÃO TÉCNICA DE PONTOS FOCAIS DE TURISMO

1. Abertura

A abertura da reunião foi feita pela Ponto Focal de Cooperação de Timor-Leste, Lídia Martins, que expressou palavras de boas-vindas aos representantes dos Estados membros, apresentou os representantes na mesa de Presidência: Diretor-Geral do Turismo de Timor-Leste, Silvino Sampaio, Diretora-Geral de Artes e Cultura de Timor-Leste, Cecília Assis e o Diretor de Cooperação da CPLP, Manuel Clarote Lapão, a quem passou de seguida a palavra para uma intervenção introdutória que abordou a importância e potencial do sector do turismo no desenvolvimento dos Estados membros.

Foi em seguida feita uma apresentação de todos os participantes, tendo-se prosseguido com a aprovação da agenda de trabalhos por unanimidade.

Estiveram presentes os pontos focais de turismo dos seguintes Estados-membros:

- Angola - Rosa Cruz – Ministério da Hotelaria e Turismo;
- Brasil - Mari Carmen Rial Gerpe – Embaixada do Brasil em Díli;
- Moçambique - Isabel da Silva – Ministério da Cultura e Turismo;
- Portugal – Catarina Sousa Pinto – Turismo de Portugal;
- São Tomé e Príncipe – Miriam Barroso Daio – Ministério da Economia e Cooperação Internacional, e
- Timor-Leste – Cláudia Medina – Ministério do Turismo, Artes e Cultura.



No momento seguinte, a ponto focal de turismo de Moçambique, Isabel da Silva, apresentou o relatório de balanço das atividades relativo ao período de coordenação exercido por esse Estado-membro, tendo-se em seguida procedido ao ato de passagem da coordenação da Reunião de Ministros Turismo da CPLP, a nível técnico, de Moçambique para Timor-Leste, com a entrega do referido relatório.

Com esse ato, deu-se automaticamente a reconstituição da composição e início de funções do novo Secretariado Técnico Permanente (StP), sob a nova coordenação de Timor-Leste. Moçambique mantém-se enquanto Estado membro que a deteve a coordenação no ciclo anterior e Brasil enquanto Estado-membro que irá assumir no ciclo subsequente.

2. Portal do Turismo da CPLP

O Secretariado Executivo da CPLP propôs que se olhasse de forma crítica para o Portal de Turismo da CPLP, pois poderiam existir dificuldades no envio de contributos e maior apropriação do instrumento em função de alguma complexidade e sistematização com que foi construído.

Os Pontos focais de turismo foram unânimes na sua manutenção nos moldes existentes, avaliando muito positivamente a sua pertinência e formato, embora identificando dificuldades internas para a sua maior apropriação.

As intervenções dos Estados-membros sistematizaram as seguintes preocupações e/ou sugestões:

- Portugal começou por propor a criação de um grupo de trabalho mais pequeno, composto apenas por alguns Estados-membros (EM), para a dinamização de cada atividade;
- Moçambique sugeriu que os EM indiquem um ponto focal junto dos Institutos de Fomento ou Direções de Marketing, para o acompanhamento desta iniciativa;
- Angola manifestou discordância com a criação do grupo de trabalho, justificando que todos os EM se devem comprometer com o desenvolvimento desta ferramenta, tendo reconhecido a necessidade de uma maior promoção interna. Sugeriu que, em função da organização interna de cada Estado, deveriam ser os gabinetes de tecnologias de



informação ou seus congéneres os pontos de contacto nacional para este tema, embora mantendo os pontos focais de turismo no circuito;

- Brasil fez a sugestão que se negocie com a empresa de gestão do Portal a possibilidade de cada país atualizar diretamente a informação relativa ao seu país, através de uma senha de acesso;
- Timor Leste lembrou a necessidade de criação de *links* para os portais dos Ministérios Nacionais de Turismo;
- São Tomé e Príncipe manifestou satisfação com o atual formato do portal e manutenção da estrutura, opinião que foi secundada por Angola, Portugal, Moçambique e Timor-Leste. Sugeriu que o instrumento pudesse ser alvo de uma maior divulgação interna e externa.

Encaminhamentos:

1. O Secretariado Executivo da CPLP (SECPLP) enviará uma Nota Verbal aos EM, solicitando indicação dos pontos nacionais de contacto para o portal do turismo da CPLP, para que possa haver uma relação de comunicação mais direta e expedita no seguimento desta iniciativa. Os PF Turismo deverão estar sempre no circuito da comunicação.
 - a. Foi estabelecido um prazo de resposta até 15 de Setembro de 2015;
2. O SECPLP procederá à negociação com a empresa que preparou o portal para que sejam permitidos e criados 10 acessos para alimentação direta do portal pelos EM com conteúdos nacionais.
 - a. Foi estabelecido um prazo de resposta até 1 de Outubro de 2015.

3. Cooperação entre a CPLP e a Organização Mundial de Turismo e Plano Estratégico de Cooperação em Turismo da CPLP

O Diretor de Cooperação começou por dar conta de que a única ação de cooperação realizada conjuntamente com esta Organização foi o *I Fórum de Negócios e Investimento Turístico no espaço da CPLP*, que teve lugar em março de 2014, em Lisboa.

Continuando a sua exposição abordou as dificuldades de articulação com a OMT para a elaboração do draft inicial do *Plano Estratégico de Cooperação em*



Turismo da CPLP, justificadas com a mudança de interlocutor e consequentemente mudança das condições negociais, nomeadamente a solicitação de contrapartidas financeiras.

Informou, ainda, que o SECPLP terá uma reunião de trabalho com o representante da OMT, a 18 de junho, em Díli, depois da VIII Reunião de Ministros do Turismo, com a expectativa de esclarecer e dinamizar novas perspetivas de trabalho.

Face ao que precede, o Diretor de Cooperação propôs a criação de um grupo de trabalho *ad hoc*, com peritos das estruturas nacionais, mantendo em paralelo o diálogo com a OMT para obtenção de apoio técnico.

As intervenções dos Estados-membros sistematizaram as seguintes preocupações e/ou sugestões:

- Angola reforçou a importância de manutenção do diálogo com a OMT para obtenção de apoio técnico. Questionou ainda sobre a vigência do GT, tendo o Diretor de Cooperação esclarecido que as funções cessariam após entrega da sua proposta para validação da Reunião de Pontos Focais e posterior endosso dos Ministros do Turismo;
- Moçambique informou que está atualmente a definir, com o apoio da OMT, o seu plano estratégico do turismo 2015-2024 e questionou sobre o horizonte temporal do Plano Estratégico, ao que o Diretor de Cooperação respondeu que, por comparação com outros Planos Estratégicos em curso, deveria ter uma duração aproximada de 5 anos;
- São Tomé e Príncipe reforçou a importância do apoio dos peritos técnicos da OMT, sugerindo que todos os EM manifestem junto da OMT a solicitação desse apoio;
- Portugal propôs que a Declaração da RM pudesse incorporar um parágrafo reforçando a importância da ligação à OMT, opinião que foi secundada pelos restantes EM.

Encaminhamentos:

1. Os Ministros ou seus representantes, durante as suas intervenções na VIII Reunião de Ministros do Turismo, manifestarão a importância do apoio da OMT à CPLP, uma vez que a reunião terá a presença de representantes desta Organização;



2. O StP definirá Termos de Referência (TdR) para a constituição do grupo de trabalho ad hoc que serão aprovados em sede de Reunião de Pontos Focais de Turismo. O processo de discussão e aprovação dos TdR será seguido por via de contacto eletrónico entre as partes.
 - a. Prazo de resposta até 15 de setembro de 2015.
3. O SECPLP enviará uma Nota Verbal (NV), solicitando a manifestação de interesse dos EM em participar no Grupo de Trabalho (GT) e a respetiva indicação de contactos do perito técnico
 - b. Foi estabelecido um prazo de resposta até 15 de outubro de 2015.
4. Após acolhimento desta informação, o SECPLP remeterá nova NV solicitando ao GT uma proposta de calendário e plano de trabalho:
 - c. Foi estabelecido um prazo de resposta até 15 de novembro de 2015.

4. II Seminário de Áreas Protegidas da CPLP

O SECPLP apresentou um ponto de situação sobre os desenvolvimentos do Seminário de Áreas Protegidas da CPLP, iniciativa apresentada por Moçambique numa reunião técnica de turismo, em março de 2013.

Em seguida:

- Moçambique reiterou o seu interesse na iniciativa;
- Angola confirmou os desenvolvimentos e esforços nacionais para o acolhimento deste Seminário pelo Ministério do Ambiente;
- Timor-Leste informou que a tutela da Biodiversidade e Áreas Protegidas, a nível nacional, é do Ministério da Agricultura e Pescas;
- Todas as delegações referiram a necessidade de liderança pelas estruturas nacionais que acompanham o tema, embora mantendo os PF de Turismo no circuito de informação.

Encaminhamento:

- O SECPLP articular-se-á com a organização do Seminário (Ministério do Ambiente de Angola e Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia de Portugal) para que o painel sobre modelos de



gestão de áreas protegidas, possa ser partilhado com os PF Turismo e deles recolha os respetivos contributos;

a. Foi estabelecido um prazo de resposta até 15 de Outubro de 2015.

5. Feira do Turismo da CPLP

Timor-Leste apresentou a proposta de *TdR* da Feira Turismo da CPLP para discussão pelos Pontos Focais.

O Brasil propôs alterações aos *TdR* que permitem que a iniciativa se possa realizar à margem de outros grandes eventos turísticos promovidos pelo Estado que deve acolher, em vez de limitar a sua realização ao espetro da Reunião dos Ministros de Turismo da CPLP.

A proposta prevê que deve ficar no critério do Estado que acolhe a Reunião de Ministros identificar o certame nacional ou organizar a Feira da CPLP. Este EM esclareceu ainda que durante a sua Presidência *pro tempore* a opção nacional poderia ser a integração da Feira da CPLP numa feira nacional.

Os restantes EM, com destaque para São Tomé e Príncipe, Portugal e Angola, propuseram uma reflexão sobre os objetivos da feira no binómio promoção do turismo entre os EM ou posicionamento dos EM junto de outros mercados?

Foi também abordado o seu alargamento e ampliação à participação do setor privado ou operadores comerciais.

O Diretor de Cooperação propôs que o documento em análise fosse alterado para um Documento de trabalho sobre “Feira do Turismo da CPLP”, a ser submetido à aprovação da Reunião Ministerial, devendo ser tido como base para o Grupo de Trabalho que irá elaborar o Plano Estratégico de Cooperação em Turismo da CPLP. As alterações propostas ao texto foram aprovadas por consenso.

6. Publicação sobre a CPLP como destino turístico

O SECPLP formulou uma proposta sobre uma atividade que gostaria de desenvolver e que passa pela formalização de uma parceria com uma revista de



grande tiragem na área do turismo para que possa dedicar uma das suas edições à CPLP como rota de destino turístico.

7. Maravilhas da CPLP

Timor-Leste propôs o desenvolvimento de um processo de apoio e assistência técnica aos Estados-membros que ainda não dispõem do instrumento “Maravilhas”, aproveitando a capacidade dos Estados-membros que já dispõem dessa experiência (Angola, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe) numa lógica de partilha de boas práticas.

Em seguida, propôs que no âmbito do Plano de Ação fosse criado um ponto designado como “Promoção”, que abrangesse as atividades “Revista” e “Maravilhas”.

8. Formação

O Brasil informou sobre as oportunidades de formação oferecidas pelo Centro Regional de Formação para Gestão do Património “Lúcio Costa” em parceria com a UNESCO. (Cooperação sul-sul para países em desenvolvimento de língua portuguesa e língua espanhola) e propôs a inclusão de referência a esta iniciativa na Declaração da Reunião de Ministros, o que foi aprovado por consenso.

9. Discussão da Declaração de Díli.

O texto proposto pelo Secretariado Executivo foi consensualizado e finalizado em plenário, fundamentalmente com alterações de forma e promovendo a introdução de um parágrafo operativo que destaca a continuação e reforço do diálogo com a OMT.